



UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ- UVA
UNIVERSIDADE ABERTA VIDA- UNAVIDA
CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

DISCIPLINA:

GEOGRAFIA DA PARAÍBA

TEXTO-BASE PARA A AVALIAÇÃO ESPECIAL

GEOGRAFIA DA PARAÍBA

A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situada a leste da região Nordeste e tem como limites o estado de Rio Grande do Norte ao norte, o Oceano Atlântico a leste, Pernambuco ao sul e o Ceará a oeste. Ocupa uma área de 56.439 km² (pouco menor que a Croácia).

A capital é João Pessoa e outras cidades importantes são Campina Grande, Santa Rita, Guarabira, Patos, Sousa, Cajazeiras, Areia e Cabedelo. O estado possui 223 municípios.

Sua história

A Ponta do Seixas, ponto mais oriental do território brasileiro, está representada em mapa desde 1502, denominada como monte São Vicente. Dentro do sistema de capitanias hereditárias (1534), couberam a João de Barros e a Aires da Cunha cem léguas de terra entre a foz do rio Jaguaribe a Norte, até à baía da Traição a Sul, compreendo os atuais estados da Paraíba (parte), Rio Grande do Norte e Ceará, como um segundo lote em adição ao do Maranhão. Com o naufrágio da expedição destes donatários, que se dirigiu ao primeiro lote, não foi possível colonizar o senhorio.

Com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em quinze capitanias, para doze donatários. Entre elas destacam-se a capitania de Itamaracá, que se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. Inicialmente essa capitania foi doada a Pero Lopes de Sousa, que não pôde assumi-la, vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga, que devido a uma rivalidade com Duarte Coelho, deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias na capitania como a fundação da Vila da Conceição e a construção de engenhos.

Quando o governador-geral D. Luís de Brito recebeu a ordem para separar Itamaracá, recebeu também do rei de Portugal a ordem de punir os índios responsáveis pelo massacre, expulsar os franceses e fundar uma cidade. Assim começaram as cinco expedições para a conquista da Paraíba. Para isso o rei D. Sebastião mandou primeiramente o ouvidor-geral D. Fernão da Silva.

- ✓ I Expedição (1574): O comandante desta expedição foi o ouvidor-geral D. Fernão da Silva. Ao chegar no Brasil, Fernão tomou posse das terras em nome do rei sem que houvesse nenhuma resistência, mas isso foi apenas uma armadilha. Sua tropa foi surpreendida por indígenas e teve que recuar para Pernambuco.
- ✓ II Expedição (1575): Quem comandou a segunda expedição foi o governador-geral, D. Luís de Brito. Sua expedição foi prejudicada por ventos desfavoráveis e eles nem chegaram sequer às terras paraibanas. Três anos depois outro governador-geral Lourenço Veiga, tenta conquistar a o Rio Paraíba, não obtendo êxito.
- ✓ III Expedição (1579): Ainda sob forte domínio "de fato" dos franceses, foi concedida, por dez anos, ao capitão Frutuoso Barbosa a capitania da Paraíba, desmembrada de Olinda. Essa ideia só lhe trouxe prejuízos, uma vez que quando estava vindo à Paraíba, caiu sobre

sua frota uma forte tormenta e além de ter que recuar até Portugal, ele perdeu sua esposa.

- ✓ IV Expedição (1582): Com a mesma proposta imposta por ele na expedição anterior, Frutuoso Barbosa volta decidido a conquistar a Paraíba, mas cai na armadilha dos índios e dos franceses. Barbosa desiste após perder um filho em combate.
- ✓ V Expedição (1584): Após a sua chegada à Paraíba, Frutuoso Barbosa capturou cinco navios de traficantes franceses, solicitando mais tropas de Pernambuco e da Bahia para assegurar os interesses portugueses na região. Nesse mesmo ano, da Bahia vieram reforços através de uma esquadra comandada por Diogo Flores de Valdés, e de Pernambuco tropas sob o comando de D. Filipe de Moura. Conseguiram finalmente expulsar os franceses e conquistar a Paraíba. Após a conquista, eles construíram os fortes de São Tiago e São Filipe.

Para as jornadas, o ouvidor-geral Martim Leitão formou uma tropa constituída por brancos, índios, escravos e até religiosos. Quando aqui chegaram se depararam com índios que sem defesa, fogem e são aprisionados. Ao saber que eram índios tabajaras, Martim Leitão manda soltá-los, afirmando que sua luta era contra os potiguaras (rivais dos Tabajaras). Após o incidente, Leitão procurou formar uma aliança com os Tabajaras, que por temerem outra traição, a rejeitaram.

O Ouvidor-mor Martim Leitão, com o auxílio das forças do cacique Pirajibe, subjugou os indígenas, erigiu um novo forte e fundou nova e definitivamente a povoação de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (5 de agosto de 1585), núcleo da cidade da Parahyba, atual João Pessoa. A paz definitiva com os indígenas, entretanto, só foi alcançada em 1599, após uma epidemia de bexigas (varíola) que dizimou a população nativa.

No contexto da segunda das Invasões holandesas do Brasil (1630-1654), a região foi ocupada por forças neerlandesas (1634), que somente foram expulsas duas décadas mais tarde pelas tropas do Mestre de Campo André Vidal de Negreiros (1606-1680) e de João Fernandes Vieira, que tomou posse do cargo de Governador da cidade, que passou a chamar-se Parahyba.

A partir de 1753 a Capitania da Paraíba ficou subordinada à Capitania Geral de Pernambuco, da qual se tornou novamente independente a partir de 1799.

No século XIX, sofreu os reflexos da Revolução Pernambucana (1817), e da Confederação do Equador (1825).

No ano de 1930, a chamada Guerra de Princesa envolveu as oligarquias locais, registrando-se o assassinato do governador do Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Recife, 26 de julho de 1930), indicado como vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, candidato (derrotada) à presidência da República. O fato foi manipulado como um dos estopins da Revolução de 1930. Comovida com o evento, a capital paraibana passou a ser denominada “João Pessoa”.

Aspectos gerais

Clima

Tropical úmido no litoral, com chuvas abundantes. À medida que nos deslocamos para o interior, depois da Serra da Borborema, o clima torna-se semiárido e sujeito a estiagens prolongadas.

Relevo

O relevo é modesto, mas não muito baixo; 66% do território estão entre 300 e 900 metros de altitude.

A maior parte do território paraibano é constituída por rochas resistentes, e bastantes antigas, que remontam a era pré-cambriana com mais de 2,5 bilhões de anos.

Elas formam um complexo cristalino que favorecem a ocorrência de minerais metálicos, não metálicos e gemas. Os sítios arqueológicos e paleontológicos, também resultam da idade geológica desses terrenos.



No litoral temos a Planície Litorânea que é formada pelas praias e terras arenosas. Na região da mata, temos os tabuleiros que são formados por acúmulos de terras que descem de lugares altos.

No Agreste, temos algumas depressões que ficam entre os tabuleiros e o Planalto da Borborema, onde apresenta muitas serras, como a Serra de Teixeira, etc. No sertão, temos uma depressão sertaneja que se estende do município de Patos até após a Serra da Viração. O Planalto da Borborema é o mais marcante do relevo do Nordeste. Na Paraíba ele tem um papel fundamental no conjunto do relevo, rede hidrográfica e nos climas. As serras e chapadas atingem altitudes que variam de 300 a 800 metros de altitude.

A Serra de Teixeira é uma das mais conhecidas, com uma altitude média de 700 metros, onde se encontra o ponto culminante da Paraíba, a saliência do Pico do Jabre, que tem uma altitude de 1.197 metros acima do nível do mar, e fica localizado no município de Maturéia.

Hidrografia

Na hidrografia da Paraíba, os rios fazem parte de dois setores, Rios Litorâneos e Rios Sertanejos.

- ✓ Rios Litorâneos – são rios que nascem na Serra da Borborema e vão em busca do litoral paraibano, para desaguar no Oceano Atlântico. Entre estes tipos de rios podemos destacar: o Rio Paraíba, que nasce no alto da Serra de Jabitacá, no município de Monteiro, com uma extensão de 360 km de curso d'água e o maior rio do estado. Também podemos destacar outros rios, como o Rio Curimataú e o Rio Mamanguape.
- ✓ Rios Sertanejos – são rios que vão em direção ao norte em busca de terras baixas e desaguando no litoral do Rio Grande do Norte. O rio mais importante deste grupo é o Rio Piranhas, que nasce na Serra de Bongá, perto da divisa com o estado do Ceará. Esse rio é muito importante para Sertão da Paraíba, pois através desse rio é feita a irrigação de grandes extensões de terras no sertão. Tem ainda outros rios, como o Rio do Peixe, Rio Piancó e o Rio Espinhara, todos afluentes do Rio Piranhas. Os rios da Paraíba estão inseridos na Bacia do Atlântico Nordeste Oriental e apenas os rios que nascem na Serra da Borborema e na Planície Litorânea são perenes. Os outros rios são temporários e correm em direção ao norte, desaguando no litoral do Rio Grande do Norte.

Seus principais rios são o Paraíba, Piranhas, Taperoá, Mamanguape, Curimataú, Peixes e Sanhuaá.

Vegetação

A vegetação litorânea do estado da Paraíba apresenta matas, manguezais e cerrados, que recebem a denominação de "tabuleiro", formado por gramíneas e arbustos tortuosos, predominantemente representados, entre outras espécies por batiputás e mangabeiras. Formadas por floresta Atlântica, as matas registram a presença de árvores altas, sempre verdes, como a peroba e a sucupira. Localizados nos estuários, os manguezais apresentam árvores com raízes de suporte, adaptadas à sobrevivência neste tipo de ambiente natural.

A vegetação nativa do planalto da Borborema e do Sertão caracteriza-se pela presença da caatinga, devido ao clima quente e seco característico da região. A caatinga pode ser do tipo arbóreo, com espécies como a baraúna, ou arbustivo representado, entre outras espécies pelo xique-xique e o mandacaru.

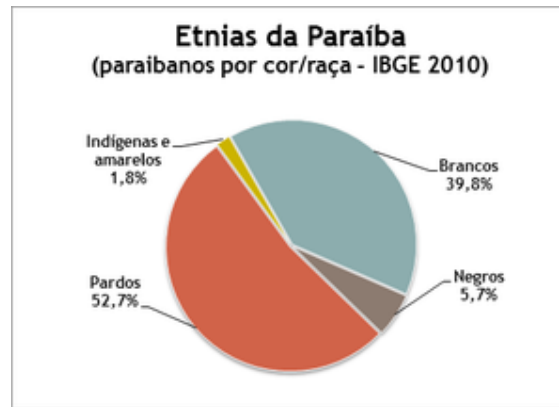
A população

Segundo dados estatísticos do IBGE, a Paraíba contava em 2010 com uma população de 3.766.528, correspondente a 1,97% da população nacional, sendo o estado uma das unidades da federação de menor superfície (0,66% do território nacional, ficando na 21ª posição em ordem decrescente). O censo de 2010 demonstrou ainda que a população urbana da Paraíba monta a 75,4%, em oposição aos 24,6% da zona rural. A densidade demográfica estadual é de 66,73 hab./km².

Quanto ao quesito cor, o Censo 2010 apontou que a população do estado se autodeclarava da seguinte forma: parda, 1.986.619 (52,7%); branca, 1.499.253 (39,8%); negra, 212.968 (5,7%); e amarela e indígena, 67.636 (1,8%). [15]

Etnias

Assim como o povo brasileiro, o paraibano é fruto de uma forte miscigenação entre o branco europeu, os índios locais e os negros africanos. Sendo assim, a população é essencialmente mestiça, e o paraibano médio é predominantemente fruto da forte mistura entre o europeu e o indígena, com alguma influência africana (os caboclos predominam entre os pardos, que representam mais de 50% de toda a população estadual).



A menor presença negra na composição étnica do povo deve-se ao fato de a cultura canavieira no estado não ter sido tão marcante como na Bahia, no Maranhão ou em Pernambuco, o que ocasionou a vinda de pouca mão de obra africana.

Apesar da forte mestiçagem do povo, há, contudo, ainda hoje, bolsões étnicos em várias microrregiões: como povos indígenas na Baía da Traição (em torno de 12 mil índios potiguaras), mais de uma dúzia de comunidades quilombolas florescendo em vários municípios do Litoral ao Sertão, e a parcela da população (em torno de um terço do total) com predominante ascendência europeia, que vive principalmente nos grandes centros urbanos e nas cidades ao longo do Brejo, Alto Sertão e o Seridó.

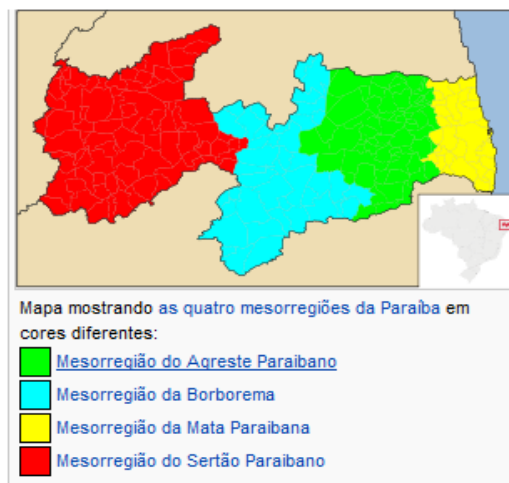
Entre os mestiços, os mulatos predominam no litoral centro-sul paraibano e no agreste, os caboclos em todo o interior e no litoral norte. Já os cafuzos são raros e dispersos.

As mesorregiões

Uma mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Oficialmente, as quatro mesorregiões do estado são:

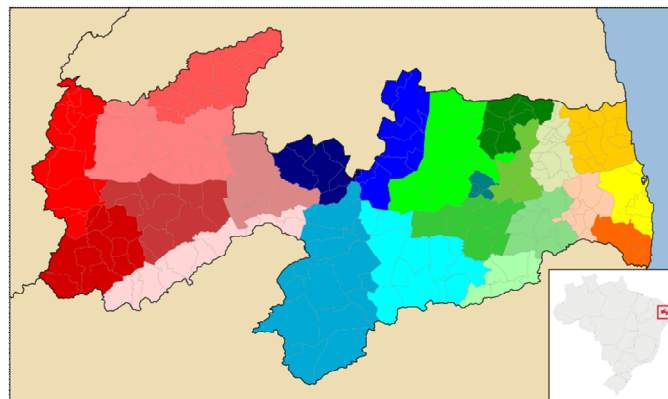
- ✓ Sertão Paraibano: é a terceira mais populosa do estado, dividida em sete microrregiões que, juntos, abrigam oitenta e três municípios, sendo a mesorregião com o maior número de municípios paraibanos. Municípios importantes dessa mesorregião são Patos, Sousa, Cajazeiras e Catolé do Rocha.

- ✓ Borborema: é a menos populosa do estado, formada pela união de quatro microrregiões que compartilham quarenta e quatro municípios. Municípios importantes dessa mesorregião são Monteiro e Picuí.
- ✓ Agreste Paraibano: é a segunda mais populosa do estado, formada pela união de sessenta e seis municípios agrupados em oito microrregiões. Municípios importantes são Campina Grande, Guarabira, Esperança, Solânea e Queimadas.
- ✓ Mata Paraibana: é a mesorregião mais importante do estado, formada pela união de trinta municípios agrupados em quatro microrregiões. Pelo fato de nela estar localizada a capital do estado, é a mais populosa, reúne mais de um terço da população da Paraíba. É a única mesorregião litorânea do estado. Municípios importantes localizados nela são João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Sapé e Mamanguape.



As microrregiões

Além da mesorregião, existe a microrregião, que é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.



A Paraíba é dividida em 23 microrregiões. São elas: Brejo Paraibano, Cajazeiras, Campina Grande, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Catolé do Rocha, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul, Patos, Piancó, Sapé, Seridó Ocidental Paraibano, Seridó Oriental Paraibano, Serra do Teixeira, Sousa e Umbuzeiro.[38] No total, a Paraíba está dividida em 223 municípios, sendo o nona unidade de federação com o maior número de municípios e a terceira do Nordeste (atrás apenas da Bahia e do Piauí).

Aspectos rurais

O espaço agrário paraibano desde o início da colonização portuguesa tem-se constituído em um espaço de exploração. As articulações entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais tecem um “ambiente de vida” gravoso à sobrevivência da classe trabalhadora. A sua estruturação e a sua organização subordinadas inicialmente aos interesses do capital mercantil metropolitano e mais recentemente, aos ditames de valorização do capital industrial e financeiro, não têm como finalidade o atendimento das necessidades básicas da maioria da população.

Ao se afirmar que o espaço agrário tem sido historicamente, do ponto de vista do trabalhador, um espaço de exploração, não se nega que as condições de vida no campo não tenham experimentado mudanças. Com efeito, as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. O escravo, o morador, o boia-fria, são expressões diversas dessa exploração, correspondentes a diferentes momentos do processo de acumulação do capital na agricultura.

Ser livre é qualitativamente diferente de ser escravo. Ser assalariado representa mudança substancial em relação a ser morador de condição. Ao se exemplificar as transformações ocorridas, não se deseja passar a impressão de que haja uma melhoria linear nesse processo evolutivo. Se, por um lado, a perda do acesso à terra por parte do assalariado em relação à sua antiga condição de morador é sentida, por outro lado, o fim do controle sobre a sua força de trabalho e a de seus familiares é algo sublinhado em diferentes testemunhos de agricultores.

Não se deve esquecer também, que as formas concretas assumidas pela passividade/luta dos trabalhadores, em diferentes momentos da história, têm sido de fundamental importância para o quadro em que se circunscreve a vida do trabalhador e as formas de ocupação e de organização do espaço.

Assume-se, portanto, que as condições de vida dos trabalhadores rurais estão vinculadas ao modo de estruturação e de organização do espaço agrário. Daí a importância de um estudo que procura desvendar a dinâmica organizacional desse espaço, enquanto subsídio para os movimentos que se integram na luta pela melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora.

Foi com base nesses pressupostos que este trabalho foi concebido e desenvolvido. Nele, dá-se ênfase, num primeiro momento, ao processo inicial de formação do espaço agrário paraibano e à evolução da sua organização até os anos 60 do século atual. Constata-se aqui que a “aparente” não organização desse espaço antes da chegada do colonizador estava, na verdade, relacionada ao estágio de desenvolvimento das sociedades tribais aí residentes. O espaço “intocado” era de fundamental importância para a sobrevivência das tribos indígenas. Observa-se ainda que durante todo período colonial a agricultura estadual se organizou em função de um “excedente colonial”. As culturas exploradas, as relações de trabalho implantadas, o nível tecnológico vigente e a distribuição da propriedade da terra, tudo isso foi montado segundo as

necessidades de extração de um excedente por parte do capital mercantil então dominante. Nessa fase, o “espaço intocado” do período anterior ao descobrimento foi sendo modificado, segundo as novas necessidades da estrutura do poder colonial. Essa dinâmica permaneceu ditando as regras da organização espacial mesmo após a independência do Brasil. E não poderia ser diferente, pois o novo status político não implicou em modificações na estrutura de dominação socioeconômica.

Embora no final do século passado e início deste tenham ocorrido mudanças significativas na organização da produção e do trabalho no campo, tais como a expansão da cotonicultura, a implantação das Usinas de açúcar, o fim da escravidão e o fortalecimento do sistema morador e de outras relações de trabalho pré-capitalistas, a lógica dominante continuou sendo a do modelo primário-exportador. Mais recentemente, com a dominação real do capital sobre o processo produtivo agrícola, através da chamada “modernização conservadora”, verificam-se profundas mudanças na organização do espaço agrário estadual.

O estudo dessas mudanças refletidas no uso do solo, na estrutura fundiária, na base técnica da produção, na dinâmica da população, nas relações de trabalho e no emprego rural é realizado ao longo dos capítulos três a sete. A análise efetuada ao longo desses capítulos não se restringe a um “inventário” da paisagem. Procura-se ir além da aparência do fenômeno para apreender o processo global do qual as transformações da paisagem são apenas um elemento. Deste modo, as modificações da organização agrária são situadas dentro de um quadro explicativo mais amplo. Elas são relacionadas ao processo de modernização conservadora da agricultura que aqui teve lugar e que se constituiu no vetor primordial da expansão do capital no agro paraibano. Foi, portanto, o novo padrão de acumulação implantado, onde o Estado desempenha papel importante, que determinou as alterações mencionadas.

A reação da população a esse processo seja através da luta por terra ou por melhores condições de vida e trabalho, bem como a violência no campo paraibano, são abordados no capítulo oito. Nele faz-se menção ao papel do Estado, da Igreja, da classe patronal, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais frente à luta dos trabalhadores. Para a sua elaboração contou-se com a colaboração da professora Rosa Maria Godoy na versão preliminar do item que trata da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, salário e trabalho. O professor Giuseppe Tosi não só revisou esse item, como o complementou com informações preciosas, fruto da sua experiência de trabalho junto ao movimento sindical.

A urbanização

Na Paraíba, o processo de ocupação do território se deu primeiramente em função da produção do açúcar, que beneficiou especificamente as cidades que se encontravam próximas aos campos de cultivo da cana de açúcar, e que tinham um porto para escoar a produção. Destacam-se durante os séculos XVI e XVII a cidade da Parahyba (João Pessoa), com o porto do Capim e Mamanguape, que até o final do século XIX era um importante centro comercial e cultural em função de seu porto.

Ao processo de ocupação do interior, corresponde o aparecimento de povoados que iria, posteriormente, com a atividade do gado e do algodão, se tornarem cidades.

O sertão do Piancó agrupava as principais vilas do interior nos séculos XVII e XVIII. Piancó foi a primeira localidade do sertão da Paraíba oficialmente com categoria de povoação.

Do ponto de vista comercial, as feiras se constituem na forma de comércio mais tradicional do Estado e tiveram uma importância histórica relevante na formação de povoados,

sobretudo as feiras de gado. Muitas cidades do interior tiveram sua origem como ponto de parada dos tangerinos que tangiam boiadas do sertão para o litoral.

Podemos citar Campina Grande, Areia, Itabaiana, Taperoá, Santa Luzia, Monteiro e outros centros de zona.

Campina Grande é a segunda cidade mais importante do Estado. Situada na região do Agreste, a sua ocupação está relacionada ao declínio da agroindústria canavieira a partir do século XVII. A feira de gado, inicialmente, e o comércio do algodão conjugado com a ferrovia, posteriormente, deram um grande impulso econômico a esta cidade que, até a década de sessenta era a mais importante do Estado.

Patos surge posteriormente e passa a ter importância, de fato, a partir do início do século XX, pela sua condição de "passagem obrigatória" para quem vai para o sertão, sendo ainda hoje a função de entroncamento rodoviário bastante significativa para a dinâmica urbana local. De acordo com a classificação urbana elaborada pelo IBGE, Patos é a terceira mais importante cidade do Estado.

A partir do período republicano, no final do século XIX, a urbanização deixa de ser apenas um processo de adensamento populacional em determinados núcleos, para se tornar um elemento de um processo mais amplo: a modernização. Tal processo, entre outras coisas, acaba por ocasionar alterações nos costumes e hábitos das populações locais, ao serem introduzidas novas ideologias, a partir dos meios de informação, cultura e lazer que veiculavam práticas e costumes tidos como "civilizados", sendo suas origens, europeias.

A urbanização, por sua vez, passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infraestrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica europeia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas.

A cidade se abre para as pessoas, surgindo às praças e os coretos. O modo de vida urbano na Paraíba se caracteriza a partir deste período nas cidades onde a elite urbana comandava a política local. As cidades da Paraíba que se destacaram entre o final do século XIX até a década de trinta foram: João Pessoa, Campina Grande, Itabaiana, Guarabira e Princesa Isabel. João Pessoa por ser sede administrativa e religiosa;

Campina Grande pelo intenso comércio com Recife, sendo centro comercial e industrial; Itabaiana pela feira de gado e por ter sido beneficiada com um ramal da rede ferroviária, ligando-se à Recife, assim como Guarabira; e Princesa, por ter sido porta de escoamento dos produtos do alto sertão para Pernambuco além de abrigar funcionários e engenheiros, a partir da política de construção de açudes, beneficiando-se com uma dinamização nas atividades de serviços.

As cidades mais importantes do Estado, na metade do século XX, eram as que beneficiavam e/ou comercializavam algodão, como Cajazeiras, Souza, Campina Grande, Patos, Monteiro, Piancó, Itabaiana e João Pessoa. Rio Tinto, no litoral, surgiria em 1924 como comunidade industrial a partir do estabelecimento da Companhia de Tecidos Rio Tinto do Grupo Lundgren, uma família de origem sueca que ainda hoje possui grandes extensões de terras no litoral nordestino. A cidade, por sua vez, entrou em decadência com o fechamento da fábrica.

Por fim, o estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que classifica as cidades paraibanas de acordo com a população, a oferta de infraestrutura urbana, de equipamentos, de serviços, do comércio e da indústria, mostra que no estado predominam os centros de menor nível e poucas são as cidades de nível médio. Por outro lado, a população e a

riqueza concentram-se nas duas maiores cidades do Estado: João Pessoa e Campina Grande, evidenciando a má distribuição da riqueza e a pobreza generalizada, resultantes do processo histórico de ocupação do território paraibano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Paraíba. Disponível em: < <http://www.viladoartesaio.com.br/blog/2008/04/a-paraiba/>> Acesso em 28 setembro 2012.

História da Paraíba. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Para%C3%ADba> Acesso em 28 setembro 2012.

MOREIRA, Emilia Moreira; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária, 1996.

SILVA, Lúgia Maria Tavares da. **Características da Urbanização na Paraíba.** João Pessoa: Revista Cadernos do Logepa, 2004.